

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Alberto de Sá Filho

Diretor de Redação
Ronaldo Martins Junqueira

Diretor Financeiro
Evaristo de Oliveira

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Exclusão do professor

Quando ouvimos que a educação está em crise, logo imaginamos que estão falando de algum país europeu, ou, quem sabe, de algum estado norte-americano. Claro, por que haveria de ser o Brasil, onde a educação praticamente não existe?

Quem está educando quem, se 85 por cento dos jovens brasileiros estão fora do 2º grau. Na Coreia, por exemplo, isso significa o oposto: 85 por cento dos jovens frequentam as escolas secundárias, média que em qualquer país desenvolvido atinge a marca dos 90 por cento. Quem está aprendendo o quê, se 70 por cento da população são analfabetos funcionais e não estão prontos para as exigências do mercado de trabalho de uma sociedade tecnológica em evolução.

No entanto a escola brasileira é manchete de jornais e motivo de debates televisivos e radiofônicos, porque o valor das mensalidades representa uma ameaça para o bolso dos cidadãos. Ameaçadora é a situação que provoca a substituição dos conselhos educacionais pela Sunab no controle das mensalidades. Ora, trata-se de uma superintendência com função precípua de controlar os preços do comércio e da indústria. A educação é investimento prioritário da família e da sociedade como um todo. Para o Governo, vale tanto quanto um pacote de arroz ou feijão, ou, talvez, uma caixa de fósforos. Educação é investimento e não consumo.

O que mais nos entristece é saber que a escola, que deveria ser salvaguardada, protegida pelos representantes maiores da educação, tem sido tratada por

esses mesmos representantes como objeto da esfera policial, como se o educador fosse marginal ou criminoso. A continuar assim, à polícia, sobrecarregada com a fiscalização dos estabelecimentos de ensino, pouco tempo restará para conter a onda de violência que tem assolado o País.

Muitos parecem esquecer-se de que educação só é possível num clima de confiança recíproca, de credibilidade patente. Caso contrário, não há o reconhecimento da competência educativa da escola, muito menos o respeito que lhe é devido como instituição de ensino. Todos, educadores, família, autoridades, andamos esquecidos de tais premissas.

Discutir as taxas escolares mais parece uma tentativa de encobrir a má aplicação das verbas públicas para a educação, que costumam ser distribuídas a cabos eleitorais e a educadores amigos. Uma espécie de apadrinhamento vergonhoso que desvia do bolso do professor das escolas públicas o destino das verbas. Isso, sim, é caso de polícia.

Na realidade, o Brasil precisa de uma política educacional séria e inteligente. Crise do ensino há nos Estados Unidos, na França, ou em qualquer outro país. Aqui, por enquanto, educação é algo que não existe ou deixou de existir.

Por fim, vale ressaltar que, na negociação das mensalidades o Ministério da Educação excluiu o professor, que é o principal interessado pelo destino do seu trabalho. Afinal, o professor deve ser valorizado, e não relegado, como está acontecendo.